



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENÁPOLIS

EDITAL Nº 3.257/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2026

PROCESSO Nº 3537305.402.00013655/2026-96

PREÂMBULO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO da Prefeitura do Município de Penápolis, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 1.114/1997 e por determinação do Senhor Prefeito, **Carlos Henrique Rossi Catalani**, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, objetivando a **AQUISIÇÃO de materiais esportivos destinados à realização dos 68º Jogos Regionais da 6ª Região Esportiva do Estado de São Paulo**, conforme descrito neste Edital e seus anexos, nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 01/04/2021, Lei Federal Complementar nº 123 de 17/12/2006, e Decreto Municipal nº 7.845 de 25/03/2024, com suas alterações posteriores, dentre outras cominações legais.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para o sistema da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (<https://bllcompras.com>).

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 09h00min do dia 18/05/2026 até as 09h00min do dia 28/05/2026.

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 09h01min do dia 28/05/2026, no endereço eletrônico <https://bllcompras.com>, horário de Brasília.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a **“AQUISIÇÃO de materiais esportivos destinados à realização dos 68º Jogos Regionais da 6ª Região Esportiva do Estado de São Paulo”**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em **lotes**, conforme tabela constante no **Anexo I – Termo de Referência**, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

1.3. O **critério de julgamento adotado será o menor preço por lote**, considerando o menor dispêndio para a Administração, nos termos do Art. 34 da Lei Federal nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas deste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. O **lote 02** é de participação exclusiva de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

1.5. Os valores de referência estão descritos no **Anexo II – Estimativa de Preços**.

1.5.1. O valor total estimado da presente licitação é de **R\$ 138.208,00 (cento e trinta e oito mil e duzentos e oito reais)**.

2. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular na **Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil**.

2.2. Será concedido tratamento favorecido para as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), para as sociedades cooperativas mencionadas no Art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007 desde que esteja descrito o presente objeto em seus estatutos (objeto da cooperativa) e os próprios cooperados os executores, para o Microempreendedor Individual (MEI), nos limites previstos da Lei Federal Complementar nº 123/2006 e no Art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

2.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

2.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 9º e 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

2.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, ou em processo de dissolução ou liquidação;

2.4. A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do Art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, por meio do site <https://bllcompras.com>.

3.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico (Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil), onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.2.1. Os interessados em se credenciar na Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil poderão obter maiores informações na página <https://bll.org.br>, podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos da BLL ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

3.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

3.3.1. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Prefeitura Municipal de Penápolis responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.4. O credenciamento junto à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

3.6. O Pregão será conduzido pelo Pregoeiro, com auxílio da Equipe de Apoio, e também com apoio técnico e operacional da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, que atuará como provedor do sistema eletrônico para esta licitação.

3.7. O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante vencedor do certame, que pagará à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da própria BLL – Bolsa de Licitações do Brasil.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 4.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 4.3. A licitante enquadrada como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), além da apresentação da declaração de enquadramento constante neste Edital para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação, para que possa usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos Arts. 42 a 49, da Lei Federal Complementar nº 123/2006.
- 4.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.
- 4.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do Art. 43, § 1º da Lei Federal Complementar nº 123/2006.
- 4.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- 4.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 4.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;
 - 5.1.2. Marca de cada item ofertado;
 - 5.1.3. Fabricante de cada item ofertado;
 - 5.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 5.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme Art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 6.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste edital.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual** de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,50 % (meio por cento)**.
- 6.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 6.10. Será adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa **aberto**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 6.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 6.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.
- 6.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

- 6.17.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.18.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.19.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada na Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, <https://bllcompras.com>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.20.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.21.** Em relação a itens não exclusivos para participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45 da Lei Federal Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.538/2015.
- 6.22.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.23.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.24.** Caso a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.25.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.26.** Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
- 6.27.** A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 6.28.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:
- 6.28.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 6.28.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;
 - 6.28.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 6.28.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.29. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.29.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.29.2. empresas brasileiras;

6.29.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.29.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

6.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.30.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.30.2. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.31. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.2. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

7.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018-TCU-Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.

7.7. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo a ser estipulado, sob pena de não aceitação da proposta.

7.7.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.7.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras

informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

7.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.10.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.11. Nos itens não exclusivos para a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos Arts. 44 e 45 da Lei Federal Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. DO CATÁLOGO E/OU OUTROS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A ACEITAÇÃO DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. A(s) empresa(s) licitante(s) declarada(s) provisoriamente vencedora(s) do certame, deverá(ão) anexar à plataforma, em campo próprio disponibilizado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação, os seguintes documentos:

8.1.1. As empresas vencedoras dos **itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 do lote 01**, e dos **itens 2 e 3 do lote 03**, terão a obrigatoriedade do envio IMEDIATO da **foto do produto e catálogo** com as especificações da fabricante para análise e aprovação.

8.1.1.1. No caso das bolas (itens 1 a 10 do lote 01), se a que for cotada for a de REFERÊNCIA, não haverá a necessidade do envio da foto e catálogo da fabricante.

8.2. O prazo será estipulado pelo Pregoeiro, sendo este de, no mínimo, **30 (trinta) minutos**.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos na plataforma, e ainda nos seguintes cadastros:

9.1.1. Possuir Cadastro na Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

9.1.2. Consulta de Apenados de Impedimento de Contrato/Licitação no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCESP (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>).

9.1.3. Consulta de Sanções no Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>).

9.1.4. Consulta no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.1.5. Consulta na Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3>).

9.1.6. As consultas a que se referem os itens 9.1.3 a 9.1.5 poderão ser feitas através do portal de Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, mantido pelo Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>).

9.1.7. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.7.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.7.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.7.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.8. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.9. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos Arts. 44 e 45 da Lei Federal Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio da **Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

9.2.1. É dever do licitante de atualizar previamente as comprovações constantes da **Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

9.3. Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

9.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo a ser estipulado, sob pena de inabilitação.

9.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.7.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.8. Os licitantes deverão encaminhar, através do sistema, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.8.1.1. No caso de Empresário Individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio (<https://www.portaldoempreendedor.gov.br>);

9.8.1.3. No caso de Sociedade Empresária ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.1.5. No caso de Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.1.6. No caso de Cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o Art. 107 da Lei Federal nº 5.764/1971;

9.8.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.8.1.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.8.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

9.8.2.1. CNPJ – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso, **pertinente e compatível com o objeto desta licitação;**

9.8.2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, se houver, relativo à sede do licitante, **pertinente e compatível com o objeto desta licitação;**

9.8.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.8.2.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.8.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

9.8.2.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa relativa aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

9.8.2.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.8.2.8. Observação: Poderão ser apresentadas **Certidões Positivas com Efeitos de Negativa, conforme Artigo 206 do Código Tributário Nacional (Lei Nº 5.172, de 25 de Outubro de 1.966).**

9.8.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

9.8.3.1. Certidão Negativa de falência (Lei Federal nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

9.8.4. OUTRAS COMPROVAÇÕES E DECLARAÇÕES:

9.8.4.1. Declaração de enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) visando ao exercício dos direitos previstos nos Arts. 42 a 49 da Lei Federal Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Federal Complementar nº 147/2014, quando for o caso, conforme modelo **Anexo IV**;

9.8.4.1.1. Na referida declaração, a empresa deverá constar que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, em concordância com o Art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

9.8.4.2. Declaração unificada, conforme modelo **Anexo V**, ou declarações separadas, atestando:

9.8.4.2.1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, que está ciente de todos os requisitos de habilitação e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

9.8.4.2.2. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

9.8.4.2.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

9.8.4.2.4. Que a empresa atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho, conforme legislação vigente pertinente ao seu ramo de atividade;

9.8.4.2.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

9.8.4.2.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do Art. 1º e no inciso III do Art. 5º da Constituição Federal; e

9.8.4.2.7. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, será aceito como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de abertura da sessão.

9.10. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.10.1. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato/ata de registro, porém, será obrigatória durante a fase de habilitação e apresentação dos documentos indicados neste subitem, ainda que veiculem restrições impeditivas à referida comprovação.

9.10.2. Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério desta Prefeitura, para a regularização da documentação com emissão de certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

9.10.3. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato/ata de registro, ou revogar a licitação.

9.11. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.12. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.13. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Federal Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.14. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo a ser estipulado pelo Pregoeiro, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do objeto e aplicação de eventual sanção, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a licitante.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso, salvo aos recursos manifestamente contrários às normas contidas neste Edital.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **03 (três) dias úteis**, que começarão a contar

do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do Art. 43, §1º da Lei Federal Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos na **Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil**, sendo responsabilidade do licitante de manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará e homologará o procedimento licitatório.

14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

14.1. Por se tratar de uma aquisição única, com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, a qual não resultará obrigações futuras, esta licitação não gerará instrumento de Contrato, em vez disso será emitida uma Autorização de Compra, a qual será enviada à licitante vencedora, em concordância com o Art. 95, inc. II da Lei Federal nº 14.133/2021.

15. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

15.1. Nos termos do Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

15.1.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 119 e 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.1.2. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

15.2. O Fiscal e Gestor de contratos contarão com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, sempre que

entender necessário.

15.2.1. O apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno restringir-se-á às questões formais em que pairar dúvida fundamentada do Fiscal ou Gestor de contratos.

15.3. O objeto licitado será recebido:

15.3.1. Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da empresa;

15.3.2. Definitivamente, para efeito de verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação, em até 30 (trinta) dias da comunicação escrita da empresa.

15.4. Os produtos a serem fornecidos deverão estar em conformidade com a legislação vigente, assim como atender eficazmente às finalidades que deles naturalmente se esperam, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.

15.5. Constatada alguma irregularidade no objeto fornecido, o município poderá rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA E DA PREFEITURA

16.1. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:

16.1.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

16.1.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;

16.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

16.1.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do objeto;

16.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

16.1.6. Comunicar à Prefeitura, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

16.1.7. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

16.1.8. Indicar preposto para representá-la durante a execução do objeto;

16.1.9. Implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 06 (seis) meses, em caso de licitação de grande vulto, nos termos do Art. 25, §4º da Lei Federal nº 14.133/2021;

16.1.10. Cumprir com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, além de atender às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no Art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

16.2. DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA:

16.2.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

16.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

16.2.3. Comunicar à Empresa Vencedora, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

16.2.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Empresa Vencedora, através de comissão/servidor especialmente designado;

16.2.5. Efetuar o pagamento à Empresa Vencedora no valor correspondente ao fornecimento/execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do Art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.3. Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Empresa Vencedora com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto licitado, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Empresa Vencedora, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

17. DA FORMA DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. Os pagamentos serão efetuados em **20 (vinte) dias após a entrega dos produtos**, mediante apresentação de nota fiscal e conferência.

17.2. O proponente vencedor deverá emitir nota fiscal eletrônica, conforme Portaria CAT nº 162 de 29/12/2008.

17.3. Caso o proponente vencedor seja a matriz, e o fornecimento do objeto licitado seja através de sua filial, a nota fiscal poderá ser emitida pela filial, desde que seja apresentada a respectiva comprovação de sua regularidade fiscal (TC-002310/009/07-TCE/SP, c/c REsp. nº 900.604/RN-STJ).

17.4. O proponente vencedor deverá mencionar na nota fiscal o número da conta bancária da empresa, uma vez que o pagamento será efetuado através de crédito bancário.

17.5. Poderá haver retenções do Imposto de Renda (IR), se for o caso, conforme IN RFB nº 1.234/2012, e suas alterações, para fins de IRRF nas contratações de bens e na prestação de serviços realizadas pelo Município de Penápolis/SP.

17.5.1. O proponente vencedor deverá observar as regras da IN RFB nº 1.234/2012, e suas alterações, em todos os documentos fiscais emitidos para o Município de Penápolis/SP, inclusive quanto ao correto destaque do valor de IR a ser retido.

17.5.2. Pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES Nacional **não** estarão sujeitas à retenção de IR.

17.6. A despesa proveniente desta licitação correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias constante do orçamento vigente:

17.6.1. Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude: **02.11.02.3.3.90.30.99** – Dotação nº **152** (Material de Consumo – Eventos Esportivos) – Reserva nº **481** – Fonte de Recurso e Aplicação: **02/10239** (Transferências/Convênios Estaduais-Vinculados – Secretaria de Esportes do Estado de São Paulo - Convênio nº 187/2026).

17.7. Em cada requisição deverá constar o número da dotação orçamentária onerada para seu atendimento, sendo que a referida requisição somente poderá ser emitida após a confirmação, junto à Secretaria Municipal de Finanças, de disponibilidade financeira para o procedimento.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

18.1.1. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato ou instrumento equivalente;

18.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato ou instrumento equivalente que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

18.1.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

18.1.4. Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

18.1.5. Não celebrar a Ata, contrato ou instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a celebração, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- 18.1.6.** Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 18.1.7.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 18.1.8.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou instrumento equivalente;
- 18.1.9.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 18.1.10.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 18.1.11.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- 18.2.** O atraso injustificado no fornecimento do objeto ensejará multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato ou instrumento equivalente, que será deduzida dos pagamentos que lhe forem devidos, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, conforme determina o Art. nº 162, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 18.3.** A inexecução total ou parcial do objeto, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas, nos termos do Art. nº 156, da Lei Federal nº 14.133/2021:
- 18.3.1.** Advertência por escrito;
- 18.3.2.** Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 1,0% (um por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, por dia de atraso, podendo ser aplicado o Art. nº 156, § 8º da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 18.3.3.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Penápolis/SP, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- 18.3.4.** Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do Art. nº 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 19.1.** Até **03 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.
- 19.2.** A **impugnação e/ou pedido de esclarecimento deverá ser realizada exclusivamente por forma eletrônica no sistema <https://bllcompras.com>.**
- 19.3.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada na Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil no prazo de até **03 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 19.4.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 19.5.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao Art. 55, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.
- 19.5.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 19.6.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.
- 19.7.** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio <https://bllcompras.com>, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.
- 19.8.** A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

20.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

20.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

20.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

20.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observando os princípios da isonomia e do interesse público.

20.10. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

20.10.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

20.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

20.12. A Prefeitura Municipal de Penápolis/SP poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

20.12.1. A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.

20.12.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

20.13. É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

20.14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos: <https://bllcompras.com> e <https://www.penapolis.sp.gov.br>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no Serviço de Compras e Licitações, no Paço Municipal, situado no endereço Avenida Marginal Maria Chica, nº 1.400, Centro, Penápolis/SP, nos dias úteis, no horário das 08h00 às 16h00, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

20.15. O Foro competente para dirimir quaisquer dúvidas surgidas em decorrência desta licitação é o da Comarca de Penápolis/SP, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

20.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

20.16.1. Anexo I – Termo de Referência;

20.16.2. Anexo II – Estimativa de Preços;

20.16.3. Anexo III – Modelo de Proposta de Preços;

20.16.4. Anexo IV – Modelo de Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

20.16.5. Anexo V – Modelo de Declaração;

Penápolis, 13 de maio de 2026.

PABLO AMBRÓSIO IANELA
Secretário Municipal de Administração

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. AQUISIÇÃO de materiais esportivos destinados à realização dos 68º Jogos Regionais da 6ª Região Esportiva do Estado de São Paulo.

LOTE01			
Item	Descrição / Especificação	Unidade	Quant.
01	Bola de basquete adulto feminino cross over 6 PRO ; laminado em microfibra; construção matrizada; sistema de forro multiaxial; 8 gomos; câmara 6D; miolo cápsula SIS lubrificado, removível e substituível; circunferência 71,5-73cm e peso 510-550 gramas. Referência: Bola Penalty Cross Over	UND	18,00
02	Bola de basquete adulto masculino cross 7 PRO , laminado em microfibra; construção matrizada; sistema de forro multiaxial; 8 gomos; câmara 6D; miolo cápsula SIS lubrificado, removível e substituível; circunferência 75-77cm e peso 570-580 gramas. Referência: Bola Penalty Cross Over	UND	18,00
03	Bola de basquete 3x3 PRO , laminado PU, 8 gomos, circunferência 72-74cm, peso entre 570 a 580 grs. Referência: Bola Penalty Pro	UND	12,00
04	Bola de Bíríbol vulcanizada confeccionada em laminado borracha com tamanho de 60-62 cm de diâmetro e peso entre 290-310 grs; nas cores amarelo, azul e verde. Referência: Bola Penalty	UND	8,00
05	Bola de futebol de campo adulta Brasil 70 PRO , construção duotec híbrida (mão), laminado microfibra, 32 gomos, circunferência 68,5-69,5 cm, peso 410-450 g, câmara butil airbility 6d, sistema de forro triaxial e miolo cápsulas SIS. Referência: Bola Penalty 70 Pro Adulta	UND	26,00
06	Bola de voleibol oficial 8.1 PRO , laminado microfibra, construção termotec + dupla colagem, 18 gomos, sistema de forro termofixo, circunferência 65-67 cm, peso 260-280 g, câmara interna neogel 6 D, miolo cápsula SIS, Selo IVS-Tested By FIVB (bola testada pela Federação Internacional Vôleibol), Cor predominante roxo e amarelo. Referência: Bola Voleibol Penalty 8.1 Pro.	UND	18,00
07	Bola de vôlei de Praia PRO X , laminado microfibra, construção termotec que garante zero% de absorção de água, 12 gomos, circunferência 66-68 cm, peso 260-280 g, camara interna neogel, miolo cápsula SIS. Referência: Bola Vôlei de Praia Penalty Pro	UND	14,00
08	Bola de futsal oficial MAX 1000 , laminado PU PRO, construção termotec + dupla colagem, 14 gomos, peso de 410-430 g, circunferência de 62,5-63,5 cm, camada interna evacel, câmara 6D, miolo cápsula SIS, sistema de forro termofixo. Referência: Bola Penalty Max 1000	UND	22,00
09	Bola oficial de handebol feminino suécia H2L PRO , laminado PU PRO, costurada a mão, 32 gomos, tamanho 54-56 cm de diâmetro, peso de 325-375g. Cores predominantes verde/amarelo.	UND	16,00

LOTE01			
Item	Descrição / Especificação	Unidade	Quant.
	Referência: Bola Penalty Suécia Pro		
10	Bola oficial de handebol masculino suécia H3L PRO , laminado PU PRO, costurada a mão, 32 gomos, tamanho 58-60 cm de diâmetro, peso de 425 a 475 grs. Cores predominantes verde/amarelo. Referência: Bola Penalty Suécia Pro	UND	16,00
11	Bola de tênis , TUBO com 3 unidades com padrão certificado ITF (Federação Internacional de tênis); peso da bola entre 56-59,4 grs e diâmetro 6,54-6,86cm; pressurizadas; na cor amarela.	TUBO	30,00
12	Bola de tênis de mesa 3 estrelas ; bola com 40 mm de diâmetro e peso aproximado de 2,8 grs; Cor BRANCA; e com selo de aprovação ITTF (Federação Internacional de Tênis de Mesa).- caixa com 10 unidades.	CAIXA	7,00
13	Bola de tênis de mesa 3 estrelas ; bola com 40 mm de diâmetro e peso aproximado de 2,8 grs; Cor LARANJA; e com selo de aprovação ITTF (Federação Internacional de Tênis de Mesa).- caixa com 10 unidades.	CAIXA	7,00

LOTE02			
Item	Descrição / Especificação	Unidade	Quant.
01	Rede oficial para volei de praia ; produzida com fio de polipropileno 2,5mm (trançado), malha 10x10cm, tamanho 8,50m de comprimento por 1,0m de largura, arrematada com acabamento em lona, sendo faixas de 14 cm nas laterais e 7cm na parte superior e inferior. Faixas na cor azul.	UND	2,00
02	Rede para jogos oficiais de biribol , 4 faixas, fio 2,5mm com dimensões 4,50m x 1,00m, malha 15 para piscina de 4 m de largura. Largura das faixas de no mínimo 5 cm.	UND	2,00
03	Rede de futebol de campo modelo Caixote México Europeu , fio 4mm, malha 15cmx15cm (distância entre nós) material de polietileno 100% virgem de alta densidade com tratamento UV, cor branca, medidas de 7,50m de largura X 2,50m de altura X 2,00m de recuo superior X 2,00m de recuo inferior.	PAR	4,00
04	Rede de tênis oficial ; Desenvolvida em fios de polietileno preto (torcido) 2,4 mm e proteção UV; Tamanho oficial: 12,80m x 1,07m; malha de 5cm; 3 lonas envolvendo as partes superior e laterais. Padrão certificado ITF (Federação Internacional de tênis)	UND	2,00
05	Rede de basquetebol oficial fio em seda de 6mm, tipo "chuí" com 12 alças para fixação no aro, tamanho aproximado de 0,45cm x 045cm, malha 7 cm, na cor branca.	PAR	3,00
06	Rede de futsal confeccionada em fio torcido de polipropileno de 4mm, malha 12cmx12cm (distância entre nós), 100% virgem de alta densidade com tratamento UV, cor branca, medidas de 3,20m de largura X 2,10m de altura X 0,40m de recuo superior e 1,00m de recuo inferior.	PAR	4,00
07	Rede de handebol oficial , confeccionada em fios torcido de polipropileno de alta resistência de 4mm, tamanho 3,20 m x 2,10 m e 1,0m de recuo, malha 10x10.	PAR	2,00
08	Rede de voleibol 4 faixas , tamanho oficial 9,75m de comprimento por 1,00m de altura. Fio 2,0 mm de Polietileno 100% virgem de alta densidade com tratamento UV. Revestimento interno passante. Malhas Seda 10x10 cm.	UND	4,00

LOTE02			
Item	Descrição / Especificação	Unidade	Quant.
	<p>Faixa superior com 7 cm de largura fabricada em vinil cor branca, com fio guia fino por dentro que serve para ser utilizado para passagem do cabo de aço ou de corda por dentro da faixa, de modo a fornecer a sustentação da rede.</p> <p>Faixa inferior com 5 cm de largura fabricada em vinil cor preta, com fio guia grosso por dentro que serve para amarrar junto aos postes de forma a esticar e tencionar a rede. Faixas Laterais com 5 cm de largura fabricada em vinil cor preta.</p> <p>Reforço interno de PVC nas 4 pontas da rede para evitar a ação cortante do cabo de aço ou da corda na faixa. 02 ilhoses de latão na parte superior com acabamento niquelado em cada ponta da rede e 01 de cada ponta na parte inferior.</p>		

LOTE03			
Item	Descrição / Especificação	Unidade	Quant.
01	Faixa de demarcação para vôlei de praia. Material sintético resistente a água. Cor azul. Acompanha presilhas para fixação ao solo. Largura: 5cm. Dimensões: 16 metros x 8 metros (OFICIAL). Contém 02 faixas de 16m e 02 faixas de 8m de metros e 06 presilhas de fixação.	CONJUNTO	2,00
02	Jogo de bocha RAFA oficial para campo sintético, modelo italiana contendo 4 bolas brancas numeradas (1 a 4) e 4 bolas azuis numeradas (1 a 4) e 1 bolim em aço. Peso da bocha: 1,700 kg, diâmetro: 12,5mm, 1ª linha.	JOGO	2,00
03	Jogo de malha para JOGOS OFICIAIS feito em aço temperado e polido, contendo 4 (quatro) malhas de 110mm de diâmetro e peso aproximado de 750 grs e mais 2 (dois) pinos entre 18-20cm de altura e 30-35mm de diâmetro.	JOGO	2,00
04	Protetor para poste de voleibol e vôlei de praia revestido com tecido de algodão e externamente com lona sintética; medindo 1,80m de altura x 60cm de largura; fechamento com sistema de velcro.	PAR	6,00
05	Par de antenas oficiais para rede de voleibol e vôlei de praia em fibra de vidro, 1ª linha, com altura de 1,80m e diâmetro 9,5mm pintadas de vermelho e branco intercalado.	PAR	6,00
06	Cabo de aço galvanizado para rede de voleibol e vôlei de praia com 13m de comprimento e 2,4mm de espessura.	UND	6,00
07	Cabo de aço galvanizado para rede de tênis com 15m de comprimento e 5/32" de espessura.	UND	2,00
08	Mesa de tênis de mesa tamanho oficial, dobrável e ajustável de acordo com as normas de dimensões da ITTF (Federação Internacional de Tênis de Mesa). Fabricada com MDF 18mm, com estrutura e acabamento metálicos. Pés de metal com rodas e trava. Dobrável para fácil armazenamento e transporte. Produto de alta qualidade e durabilidade: chapa na cor azul royal escuro e com riscas brancas com largura de 2cm. Dimensões da mesa: 274cm x 152,5cm x 76 cm (CxLxA). Observação: NÃO É MESA de ping-pong	UND	4,00
09	Conjunto de rede e suporte oficial para tênis de mesa. A rede é produzida em nylon reforçado para maior durabilidade, cor azul com a faixa superior na cor branca, medidas de rede: tamanho oficial	CONJUNTO	4,00

LOTE03			
Item	Descrição / Especificação	Unidade	Quant.
	(15cm (altura) x 1,75m (comprimento). Suporte em ferro tipo rosca, pintura preto fosco com sistema de fixação na mesa com proteção anti risco para mesas oficiais até 40 mm. O conjunto (rede e suportes) devem atender as normas técnicas da ITTF (Federação Internacional de Tênis de Mesa).		
10	Cronômetro digital de mão simples para competições esportivas com tamanho mínimo aproximado de 6 x 7 cm.	UND	8,00
11	Placar oficial de mesa para tênis de mesa modelo competição, dobrável, com marcador até 31 pontos e com 5 sets, em PVC Rígido; Medidas aproximadas de 390mm de comprimento e 220m de largura.	UND	4,00

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem como objetivo atender à necessidade de fornecimento de materiais esportivos para a realização do **68º Jogos Regionais da 6ª Região Esportiva**, no município de Penápolis, no período de **16 a 26 de julho de 2026**.

2.2. A disponibilização dos materiais é essencial para:

2.2.1. SUPORTE AO EVENTO

- 2.2.1.1. Execução adequada das competições esportivas;
- 2.2.1.2. Atendimento às exigências técnicas das modalidades;
- 2.2.1.3. Apoio à arbitragem e organização;
- 2.2.1.4. Garantia de estrutura mínima para realização dos jogos.

2.2.2. CARACTERÍSTICAS DOS MATERIAIS

- 2.2.2.1. Materiais esportivos diversos (bolas, redes e acessórios diversos);
- 2.2.2.2. Equipamentos específicos por modalidade;
- 2.2.2.3. Materiais para apoio técnico dos serviços da arbitragem;
- 2.2.2.4. Produtos com qualidade, resistência e durabilidade adequadas.

2.2.3. FINALIDADE

- 2.2.3.1. Garantir a realização eficiente das competições;
- 2.2.3.2. Proporcionar segurança aos atletas;
- 2.2.3.3. Evitar interrupções por falta de equipamentos;
- 2.2.3.4. Fortalecer a organização e imagem institucional do evento.

2.2.4. CONDIÇÕES GERAIS

- 2.2.4.1. Evento: 68º Jogos Regionais da 6ª Região Esportiva;
- 2.2.4.2. Período: 16 a 26 de julho de 2026;
- 2.2.4.3. Local: Penápolis/SP;
- 2.2.4.4. Abrangência: Evento regional com participação de diversos municípios compreendendo as regiões administrativas de Araçatuba e São José do Rio Preto.

2.2.5. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DOS PRODUTOS

2.2.5.1. DA ENTREGA:

2.2.5.1.1. A entrega dos itens 1 a 10 (lote 01) e 2 e 3 (lote 03), deverá ocorrer somente após a análise da foto do produto e do catálogo com as especificações da fabricante e aprovação pela Secretaria solicitante (no caso dos itens 1 a 10, se a bola cotada for a de REFERÊNCIA, não haverá a necessidade do envio da foto e catálogo da fabricante). Todos os itens deverão obrigatoriamente ser entregues antes do início do evento.

2.2.5.1.2. Todos os produtos fornecidos serão conferidos no momento da entrega, e se constatadas irregularidades, a Administração poderá:

2.2.5.1.2.1. a) Se disser respeito às especificações, rejeitá-los no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

Na hipótese de substituição, a empresa deverá realizá-la imediatamente, contado da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

2.2.5.1.2.2. b) Se disser respeito à quantidade, determinar sua complementação;

Na hipótese de complementação, a empresa deverá fazê-la imediatamente, contado da notificação por escrito.

2.2.5.1.3. O transporte, entrega e demais custos diretos e indiretos serão de responsabilidade da contratada.

2.2.5.1.4. Correrão por conta da Contratada todas as despesas trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, conforme a Lei nº 14.133/2021.

2.2.5.1.5. A Prefeitura Municipal de Penápolis se reserva o direito de não aceitar produtos em desacordo com as especificações.

2.2.6. JUSTIFICATIVA

2.2.6.1. A aquisição de materiais esportivos é indispensável para a realização de eventos esportivos oficiais, sendo prática consolidada em competições dessa natureza.

2.2.6.2. Principais benefícios:

2.2.6.2.1. Organização do evento: garante estrutura adequada para as modalidades;

2.2.6.2.2. Segurança: assegura condições adequadas de prática esportiva;

2.2.6.2.3. Qualidade técnica: permite realização conforme padrões oficiais;

2.2.6.2.4. Eficiência operacional: evita interrupções nas competições.

2.2.7. JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO DE QUALIDADE

2.2.7.1. A exigência de materiais de qualidade visa garantir:

2.2.7.1.1. Durabilidade durante todo o período do evento;

2.2.7.1.2. Segurança dos atletas;

2.2.7.1.3. Conformidade com normas esportivas;

2.2.7.1.4. Melhor desempenho das competições.

3. FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. Os materiais esportivos deverão atender às especificações abaixo:

3.1.1. OBSERVAÇÃO: Após a licitação, as empresas vencedoras dos itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 do lote 01, e os itens 2 e 3 do lote 03, terão a obrigatoriedade do envio IMEDIATO da foto do produto e catálogo com as especificações da fabricante para análise e aprovação. No caso das bolas (itens 1 a 10), se a que for cotada for a de REFERÊNCIA, não haverá a necessidade do envio da foto e catálogo da fabricante.

LOTE 01 – ITENS 01 A 13

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE
01	Bola basquete fem cross over 6 PRO	Unid.	18
02	Bola basquete masc. cross 7 PRO	Unid.	18
03	Bola basquete 3x3 PRO	Unid.	12
04	Bola biribol	Unid.	08
05	Bola futebol campo Brasil 70 PRO	Unid.	26
06	Bola voleibol 8.1 PRO	Unid.	18
07	Bola vôlei praia PRO X	Unid.	14
08	Bola futsal MAX 1000	Unid.	22

09	Bola handebol fem. H2L PRO	Unid.	16
10	Bola handebol masc. H3L PRO	Unid.	16
11	Bola tênis tubo c/3	Tubo	30
12	Bola tênis mesa branca cx c/10	Caixa	07
13	Bola tênis mesa laranja cx c/10	Caixa	07

LOTE 02 – ITENS 01 A 08

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE
01	Rede vôlei praia	Unid.	02
02	Rede biribol	Unid.	02
03	Rede futebol campo	Par	04
04	Rede tênis	Unid.	02
05	Rede basquete	Par	03
06	Rede futsal	Par	04
07	Rede handebol	Par	02
08	Rede voleibol 4 faixas	Unid.	04

LOTE 03 – ITENS 01 A 11

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE
01	Faixa demarcação vôlei praia	Conjunto	02
02	Jogo bocha RAFA	Jogo	02
03	Jogo malha oficial	Jogo	02
04	Protetor poste voleibol	Par	06
05	Antenas rede voleibol	Par	06
06	Cabo aço rede vôlei	Unid.	06
07	Cabo aço rede tênis	Unid.	02
08	Mesa tênis mesa oficial	Unid.	04
09	Rede + suporte tênis mesa	Conjunto	04
10	Cronômetro digital	Unid.	08
11	Placar mesa tênis mesa	Unid.	04

3.2. Local de entrega:

3.2.1. Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude: Rua Brasil, 645 – Centro – Penápolis/SP – CEP: 16.300-033

3.3. FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

3.3.1. Pagamento em **20 dias** após a entrega dos produtos, mediante apresentação de nota fiscal e conferência.

4. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. Ficha de dotação nº 152 – material de consumo - eventos esportivos, vinculada ao convênio, Fonte de Recurso e Aplicação: 02/10239 (Transferências/Convênios Estaduais-Vinculados – Secretaria de Esportes do Estado de São Paulo - Convênio nº 187/2026).

5. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

5.1. FISCAL: Rinaldo Torrezan

5.2. GESTOR: Márcia Maria Pesquero de Medeiros Cunha

ANEXO II – ESTIMATIVA DE PREÇOS

LOTE01				
Item	Descrição Simplificada	Unidade	Quant.	Valor de Referência Unit.
01	Bola de basquete adulto feminino cross over 6 PRO; laminado em microfibra; construção matrizada; sistema de forro multiaxial; 8 gomos; câmara 6D; miolo cápsula SIS lubrificado, removível e substituível; circunferência 71,5-73cm e peso 510-550 gramas. Referência: Bola Penalty Cross Over	UND	18,00	R\$ 584,00
02	Bola de basquete adulto masculino cross 7 PRO, laminado em microfibra; construção matrizada; sistema de forro multiaxial; 8 gomos; câmara 6D; miolo cápsula SIS lubrificado, removível e substituível; circunferência 75-77cm e peso 570-580 gramas. Referência: Bola Penalty Cross Over	UND	18,00	R\$ 629,00
03	Bola de basquete 3x3 PRO, laminado PU, 8 gomos, circunferência 72-74cm, peso entre 570 a 580 grs. Referência: Bola Penalty Pro	UND	12,00	R\$ 269,00
04	Bola de Biribol vulcanizada confeccionada em laminado borracha com tamanho de 60-62 cm de diâmetro e peso entre 290-310 grs; nas cores amarelo, azul e verde. Referência: Bola Penalty	UND	8,00	R\$ 332,00
05	Bola de futebol de campo adulta Brasil 70 PRO, construção duotec híbrida (mão), laminado microfibra, 32 gomos, circunferência 68,5-69,5 cm, peso 410-450 g, câmara butil airbility 6d, sistema de forro triaxial e miolo cápsulas SIS. Referência: Bola Penalty 70 Pro Adulta	UND	26,00	R\$ 224,00
06	Bola de voleibol oficial 8.1 PRO, laminado microfibra, construção termotec + dupla colagem, 18 gomos, sistema de forro termofixo, circunferência 65-67 cm, peso 260-280 g, câmara interna neogel 6 D, miolo cápsula SIS, Selo IVS-Tested By FIVB (bola testada pela Federação Internacional Voleibol), Cor predominante roxo e amarelo. Referência: Bola Voleibol Penalty 8.1 Pro.	UND	18,00	R\$ 539,00
07	Bola de vôlei de Praia PRO X, laminado microfibra, construção termotec que garante zero% de absorção de água, 12 gomos, circunferência 66-68 cm, peso 260-280 g, camara interna neogel, miolo cápsula SIS. Referência: Bola Vôlei de Praia Penalty Pro	UND	14,00	R\$ 404,00

LOTE01				
Item	Descrição Simplificada	Unidade	Quant.	Valor de Referência Unit.
08	Bola de futsal oficial MAX 1000 , laminado PU PRO, construção termotec + dupla colagem, 14 gomos, peso de 410-430 g, circunferência de 62,5-63,5 cm, camada interna evacel, câmara 6D, miolo cápsula SIS, sistema de forro termofixo. Referência: Bola Penalty Max 1000	UND	22,00	R\$ 449,00
09	Bola oficial de handebol feminino suécia H2L PRO , laminado PU PRO, costurada a mão, 32 gomos, tamanho 54-56 cm de diâmetro, peso de 325-375g. Cores predominantes verde/amarelo. Referência: Bola Penalty Suécia Pro	UND	16,00	R\$ 404,00
10	Bola oficial de handebol masculino suécia H3L PRO , laminado PU PRO, costurada a mão, 32 gomos, tamanho 58-60 cm de diâmetro, peso de 425 a 475 grs. Cores predominantes verde/amarelo. Referência: Bola Penalty Suécia Pro	UND	16,00	R\$ 413,00
11	Bola de tênis , TUBO com 3 unidades com padrão certificado ITF (Federação Internacional de tênis); peso da bola entre 56-59,4 grs e diâmetro 6,54-6,86cm; pressurizadas; na cor amarela.	TUBO	30,00	R\$ 88,00
12	Bola de tênis de mesa 3 estrelas ; bola com 40 mm de diâmetro e peso aproximado de 2,8 grs; Cor BRANCA; e com selo de aprovação ITTF (Federação Internacional de Tênis de Mesa).- caixa com 10 unidades.	CAIXA	7,00	R\$ 130,00
13	Bola de tênis de mesa 3 estrelas ; bola com 40 mm de diâmetro e peso aproximado de 2,8 grs; Cor LARANJA; e com selo de aprovação ITTF (Federação Internacional de Tênis de Mesa).- caixa com 10 unidades.	CAIXA	7,00	R\$ 130,00

LOTE02				
Item	Descrição Simplificada	Unidade	Quant.	Valor de Referência Unit.
01	Rede oficial para volei de praia ; produzida com fio de polipropileno 2,5mm (trançado), malha 10x10cm, tamanho 8,50m de comprimento por 1,0m de largura, arrematada com acabamento em lona, sendo faixas de 14 cm nas laterais e 7cm na parte superior e inferior. Faixas na cor azul.	UND	2,00	R\$ 540,00
02	Rede para jogos oficiais de biribol , 4 faixas, fio 2,5mm com dimensões 4,50m x 1,00m, malha 15 para piscina de 4 m de largura. Largura das faixas de no mínimo 5 cm.	UND	2,00	R\$ 109,00
03	Rede de futebol de campo modelo Caixote México Europeu , fio 4mm, malha 15cmx15cm (distância entre nós) material de polietileno 100% virgem de alta densidade com tratamento UV, cor branca,	PAR	4,00	R\$ 1.425,00

LOTE 02				
Item	Descrição Simplificada	Unidade	Quant.	Valor de Referência Unit.
	medidas de 7,50m de largura X 2,50m de altura X 2,00m de recuo superior X 2,00m de recuo inferior.			
04	Rede de tênis oficial; Desenvolvida em fios de polietileno preto (torcido) 2,4 mm e proteção UV; Tamanho oficial: 12,80m x 1,07m; malha de 5cm; 3 lonas envolvendo as partes superior e laterais. Padrão certificado ITF (Federação Internacional de tênis)	UND	2,00	R\$ 1.240,00
05	Rede de basquetebol oficial fio em seda de 6mm, tipo "chuá" com 12 alças para fixação no aro, tamanho aproximado de 0,45cm x 045cm, malha 7 cm, na cor branca.	PAR	3,00	R\$ 120,00
06	Rede de futsal confeccionada em fio torcido de polipropileno de 4mm, malha 12cmx12cm (distância entre nós), 100% virgem de alta densidade com tratamento UV, cor branca, medidas de 3,20m de largura X 2,10m de altura X 0,40m de recuo superior e 1,00m de recuo inferior.	PAR	4,00	R\$ 680,00
07	Rede de handebol oficial, confeccionada em fios torcidos de polipropileno de alta resistência de 4mm, tamanho 3,20 m x 2,10 m e 1,0m de recuo, malha 10x10.	PAR	2,00	R\$ 900,00
08	Rede de voleibol 4 faixas, tamanho oficial 9,75m de comprimento por 1,00m de altura. Fio 2,0 mm de Polietileno 100% virgem de alta densidade com tratamento UV. Revestimento interno passante. Malhas Seda 10x10 cm. Faixa superior com 7 cm de largura fabricada em vinil cor branca, com fio guia fino por dentro que serve para ser utilizado para passagem do cabo de aço ou de corda por dentro da faixa, de modo a fornecer a sustentação da rede. Faixa inferior com 5 cm de largura fabricada em vinil cor preta, com fio guia grosso por dentro que serve para amarrar junto aos postes de forma a esticar e tencionar a rede. Faixas Laterais com 5 cm de largura fabricada em vinil cor preta. Reforço interno de PVC nas 4 pontas da rede para evitar a ação cortante do cabo de aço ou da corda na faixa. 02 ilhoses de latão na parte superior com acabamento niquelado em cada ponta da rede e 01 de cada ponta na parte inferior.	UND	4,00	R\$ 540,00

LOTE 03				
Item	Descrição Simplificada	Unidade	Quant.	Valor de Referência Unit.
01	Faixa de demarcação para vôlei de praia. Material sintético resistente a água. Cor azul. Acompanha presilhas para fixação ao solo. Largura: 5cm. Dimensões: 16 metros x 8 metros (OFICIAL). Contém 02 faixas de 16m e 02 faixas de 8m de metros e 06 presilhas de fixação.	CONJUNTO	2,00	R\$ 370,00
02	Jogo de bocha RAFA oficial para campo sintético, modelo italiana contendo 4 bolas brancas numeradas (1 a 4) e 4 bolas azuis numeradas (1 a 4) e 1 bolim em aço. Peso da bocha: 1,700 kg, diâmetro: 12,5mm, 1ª linha.	JOGO	2,00	R\$ 3.800,00
03	Jogo de malha para JOGOS OFICIAIS feito em aço temperado e polido, contendo 4 (quatro) malhas de 110mm de diâmetro e peso aproximado de 750 grs e mais 2 (dois) pinos entre 18-20cm de altura e 30-35mm de diâmetro.	JOGO	2,00	R\$ 2.730,00
04	Protetor para poste de voleibol e vôlei de praia revestido com tecido de algodão e externamente com lona sintética; medindo 1,80m de altura x 60cm de largura; fechamento com sistema de velcro.	PAR	6,00	R\$ 1.785,00
05	Par de antenas oficiais para rede de voleibol e vôlei de praia em fibra de vidro, 1ª linha, com altura de 1,80m e diâmetro 9,5mm pintadas de vermelho e branco intercalado.	PAR	6,00	R\$ 205,00
06	Cabo de aço galvanizado para rede de voleibol e vôlei de praia com 13m de comprimento e 2,4mm de espessura.	UND	6,00	R\$ 90,00
07	Cabo de aço galvanizado para rede de tênis com 15m de comprimento e 5/32" de espessura.	UND	2,00	R\$ 102,00
08	Mesa de tênis de mesa tamanho oficial, dobrável e ajustável de acordo com as normas de dimensões da ITTF (Federação Internacional de Tênis de Mesa). Fabricada com MDF 18mm, com estrutura e acabamento metálicos. Pés de metal com rodas e trava. Dobrável para fácil armazenamento e transporte. Produto de alta qualidade e durabilidade: chapa na cor azul royal escuro e com riscas brancas com largura de 2cm. Dimensões da mesa: 274cm x 152,5cm x 76 cm (CxLxA). Observação: NÃO É MESA de ping-pong	UND	4,00	R\$ 3.835,00
09	Conjunto de rede e suporte oficial para tênis de mesa. A rede é produzida em nylon reforçado para maior durabilidade, cor azul com a faixa superior na cor branca, medidas de rede: tamanho oficial (15cm (altura) x 1,75m (comprimento). Suporte em ferro tipo rosca,	CONJUNTO	4,00	R\$ 540,00

LOTE 03				
Item	Descrição Simplificada	Unidade	Quant.	Valor de Referência Unit.
	pintura preto fosco com sistema de fixação na mesa com proteção anti risco para mesas oficiais até 40 mm. O conjunto (rede e suportes) devem atender as normas técnicas da ITTF (Federação Internacional de Tênis de Mesa).			
10	Cronômetro digital de mão simples para competições esportivas com tamanho mínimo aproximado de 6 x 7 cm.	UND	8,00	R\$ 42,00
11	Placar oficial de mesa para tênis de mesa modelo competição, dobrável, com marcador até 31 pontos e com 5 sets, em PVC Rígido; Medidas aproximadas de 390mm de comprimento e 220m de largura.	UND	4,00	R\$ 265,00

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**Observação: a proposta deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa.****Proposta de Preços****Pregão Eletrônico nº 053/2026 – Processo nº 3537305.402.00013655/2026-96 – Edital nº 3.257/2026****Objeto:** AQUISIÇÃO de materiais esportivos destinados à realização dos 68º Jogos Regionais da 6ª Região Esportiva do Estado de São Paulo.**Razão Social:****CNPJ:****Endereço Completo:****Telefone:****E-mail:**

LOTE01						
Item	Descrição / Especificação	Unidade	Quant.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	Bola de basquete adulto feminino cross over 6 PRO; laminado em microfibra; construção matrizada; sistema de forro multiaxial; 8 gomos; câmara 6D; miolo cápsula SIS lubrificado, removível e substituível; circunferência 71,5-73cm e peso 510-550 gramas. Referência: Bola Penalty Cross Over	UND	18,00			
02	Bola de basquete adulto masculino cross 7 PRO, laminado em microfibra; construção matrizada; sistema de forro multiaxial; 8 gomos; câmara 6D; miolo cápsula SIS lubrificado, removível e substituível; circunferência 75-77cm e peso 570-580 gramas. Referência: Bola Penalty Cross Over	UND	18,00			
03	Bola de basquete 3x3 PRO, laminado PU, 8 gomos, circunferência 72-74cm, peso entre 570 a 580 grs. Referência: Bola Penalty Pro	UND	12,00			

LOTE01						
Item	Descrição / Especificação	Unidade	Quant.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
...			
...			
...			

A empresa _____ declara que:

- Nos preços estão inclusos todas as despesas e custos diretos e indiretos, decorrentes do fornecimento, tais como, mão de obra, tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais, e, ainda, gastos com transporte e acondicionamento de produtos;
- A validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias;
- O prazo de execução/entrega do objeto licitado será de acordo com o estabelecido no Edital desta licitação, a contar do recebimento da requisição de compra.

_____, _____ de _____ de 2026.

(Nome, RG, CPF, cargo e assinatura do representante legal)

**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU
EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Observação: a declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa.

**Declaração de Enquadramento como Microempresa (ME)
ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)**

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF n _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como **Microempresa (ME)** ou **Empresa de Pequeno Porte (EPP)**, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos Arts. 42 a 49 da Lei Federal Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006, alterada pela Lei Federal Complementar nº 147 de 07 de Agosto de 2014, e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, em concordância com o Art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Por ser expressão da verdade, assino a presente declaração.

_____, _____ de _____ de 2026.

(Nome, RG, CPF, cargo e assinatura do representante legal)

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO

Observação: a declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa.

Declaração

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF n.º _____, participante do **Pregão Eletrônico nº 053/2026 – Processo nº 3537305.402.00013655/2026-96, DECLARA**, sob as penas da Lei:

- que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, que está ciente de todos os requisitos de habilitação e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verdadeiras, conforme §§ 4º e 5º do Art. 26 do Decreto Federal nº 10.024/2019;
- que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- que a empresa atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho, conforme legislação vigente pertinente ao seu ramo de atividade;
- que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do Art. 1º e no inciso III do Art. 5º da Constituição Federal; e
- que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Por ser expressão da verdade, assino a presente declaração.

_____, _____ de _____ de 2026.

(Nome, RG, CPF, cargo e assinatura do representante legal)



Documento assinado eletronicamente por **Pablo Ambrósio Ianela, Secretário(a) Municipal de Administração**, em 14/05/2026, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#) e [Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/aracatuba/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0604934** e o código CRC **8B68D3A0**.